

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO Nº 022/2023

Senhor Presidente, e

Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho a essa egrégia câmara de vereadores o Projeto de Lei Ordinária, que "Altera a Lei nº 951/2018, que criou o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo de Ibitirama, e deu outras providências".

Tal exigência está consubstanciada nas novas prerrogativas impostas pelo Ministério de Turismo e Secretaria de Turismo do Estado, que constam no Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo e na Lei Estadual de Turismo.

O turismo deve ser visto como atividade capaz de oferecer oportunidades de trabalho e renda, de disseminar valores culturais, além de promover o desenvolvimento sustentável no município e região.

Quando almejamos o desenvolvimento econômico e social por meio do turismo, devemos ter em mente que, para contribuir com o fortalecimento de um município, ele deve ser planejado, ordenado e bem conduzido. Sua implementação requer responsabilidades, pois significa por em prática um projeto, um programa ou plano por meio da organização e planejamento das ações concretas a serem executadas.

Ressaltamos, portanto, a importância do presente projeto de lei, cujo conteúdo é de interesse da coletividade, de todos os munícipes, e visa propiciar a continuidade das ações e programas desenvolvidos pela Administração Pública Municipal.

Aguardando apreciação e votação positiva, peço <u>regime de urgência, inclusive com a</u> convocação de reunião extraordinária se necessário.

Ibitirama/Espírito Santo, 19 de julho de 2023.

Câmara Municipal de Ibitirama - ES

PROTOCOLO GERAL 224/2023 Data: 02/08/2023 - Horário: 13:24 Legislativo

AILTON DA COSTA SILVA

Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE N.º /2023

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, REVOGAA LEI Nº 297/99 E A LEI Nº 298/99 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Esta lei estabelece normas sobre o Conselho Municipal de Turismo de Ibitirama e sobre o Fundo Municipal de Turismo de Ibitirama enquanto instrumentos para o desenvolvimento e o estímulo ao setor turístico no município de Ibitirama/ES.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

- **Art.** 2º Fica criado o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, de assessoramento das políticas públicas de turismo no município, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade e das entidades organizadas na elaboração, viabilização e implementação de projetos e programas que visam ao desenvolvimento sustentável do turismo no município de Ibitirama/ES.
- **Art.** 3° Compete ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de que trata o artigo 2°, as seguintes atribuições:
- I propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir com o Poder Executivo na formulação e implementação da política municipal do turismo;
- II propiciar a ligação entre os segmentos da sociedade civil organizada e o Poder Executivo Municipal, trazendo para a administração reivindicações da população e apresentando à mesma os planos e ações do órgão municipal de turismo;
- III propor ações objetivando à democratização da atividade turística para geração de emprego e renda e redução das desigualdades sociais;
- IV colaborar com as pastas de Turismo, Educação, Cultura e Esporte na elaboração do calendário municipal de eventos;





- V propor ações e campanhas que estimulem o fluxo de turistas no município nas diferentes épocas do ano;
- VI promover ações para captação de novos investimentos para o setor de turismo;
- VII zelar pela efetiva aplicação da legislação que regula a atividade turística;
- VIII zelar para que o desenvolvimento das atividades turísticas no município se faça sob a égide da sustentabilidade ambiental, cultural e social;
- IX propor normas que contribuam para adequação da legislação turística e a defesa dos consumidores ao ordenamento jurídico das atividades turísticas;
- X propor ações específicas de proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
- XI emitir pareceres sobre projetos e obras em desacordo como PDM e a Lei de Uso e Parcelamento do Solo e que venham prejudicar o turismo;
- XII opinar na esfera do Poder Executivo, ou quando consultado pela Câmara Municipal, sobre anteprojeto de lei que se relacione como turismo ou adote medidas que neste sentido possa ter implicações;
- XIII manifestar-se, prévia e obrigatoriamente, sobre qualquer projeto ou carta consulta relacionada à desapropriação de áreas de interesse turístico, preservação ambiental e histórico cultural;
- XIV fiscalizar e controlar a execução de programas e projetos turísticos no município;
- XV auxiliar e acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Turismo;
- XVI participar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal e emitir pareceres quando necessário;
- XVII contribuir na promoção de campanhas de sensibilização do desenvolvimento do turismo junto à população;
- XVIII contribuir com o Poder Executivo na organização e qualificação dos empresários e trabalhadores dos segmentos turísticos do município;
- XIX sugerir a formulação de acordos e convênios turísticos do município;
- XX propor ações e apoiar medidas que visem à capacitação, qualificação, formação profissional e especialização de mão de obra vinculada ao destino turístico;
- XXI propor, opinar e deliberar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros consignados no Orçamento Anual da Secretaria Municipal de Turismo;
- XXII elaborar o seu Regimento Interno.
- Art. 4° O Conselho Municipal de Turismo de Ibitirama (COMTUR) será composto por:





- a) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Turismo;
- b) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- c) dois representantes titulares e dois suplentes do comércio, estabelecimentos, indústria e prestação de serviços;
- d) um representante titular e um suplente da agroindústria;
- e) dois representantes titulares e dois suplentes do trade turístico;
- f) um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação;
- g) um representante titular e um suplente do Poder Legislativo.
- **Art. 5º** Os órgãos ou entidades em representação no COMTUR indicarão o membro titular e seu respectivo suplente, os quais serão nomeados pelo Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Turismo para um mandato de 02 (dois) anos.
- **Art.** 6° O presidente, vice-presidente, primeiro e segundo-secretário, primeiro e segundo-tesoureiro, serão eleitos em Assembleia dentre os membros do Conselho Municipal de Turismo.
- **Art.** 7° O mandato dos membros do COMTUR será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios de natureza pecuniária.
- **Art. 8°** O membro titular do COMTUR que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, sem justificativa, perderá automaticamente o mandato, sendo convocado e empossado o seu suplente.
- **Parágrafo Único.** A entidade que, por motivo de perda de mandato ou renúncia de seu representante no COMTUR, ou por qualquer outro motivo, ficar sem representante, será convocada a formular nova indicação para designação do representante, na forma do Art. 4°, exceto nos casos de extinção, caso em que deverá ser convocada pelo conselho a representação de outra instituição.
- **Art. 9°** O COMTUR reunir-se-á, ordinariamente, bimensalmente e, extraordinariamente, quando houver necessidade para deliberar sobre matérias urgentes e inadiáveis.
- **Art. 10** O Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, dará todo apoio logístico e condições necessárias para que o COMTUR possa cumprir com êxito as suas atribuições.
- Art. 11 O COMTUR contará com uma Secretaria Executiva para apoio técnico e administrativo.
- § 1º O secretário-executivo será indicado pelo presidente do conselho, dentre os servidores da Prefeitura Municipal de Ibitirama.
- § 2º O COMTUR poderá ainda solicitar ao chefe do Poder Executivo a colaboração de servidores para assessoramento em suas reuniões e prestação de serviços técnico-administrativos para a consecução de seus objetos.





- **Art. 12** O COMTUR poderá ainda constituir grupos de trabalho, de estudos e de aprofundamento do turismo do município, por um prazo determinado e sem remuneração.
- Art. 13 O quórum para realização das reuniões do COMTUR será de maioria absoluta de seus membros, em segunda chamada, que se dará quinze minutos após a primeira.
- **Art. 14** As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMTUR serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- Art. 15 O Conselho Municipal de Turismo de Ibitirama, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta lei, elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado em Assembleia pela maioria absoluta de seus membros e homologado pelo prefeito municipal.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

- **Art. 16** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e instituir o Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Município de Ibitirama-ES, que será identificado pela sigla FUNDETUR/IBITIRAMA, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo.
- **Art. 17** O FUNDETUR/IBITIRAMA será administrado pelo(a) secretário(a) municipal de Turismo, mediante consulta ao Conselho Municipal de Turismo, através de ofício ou em reunião do COMTUR.
- **Art. 18** A Secretaria Municipal de Turismo, em conjunto como Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), adotarão ações comuns no sentido de:
- I Definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do FUNDETUR/IBITIRAMA;
- II aplicar os parâmetros da administração financeira na execução do FUBDETUR/IBITIRAMA, nos termos da legislação vigente.
- Art. 19 O FUNDETUR/IBITIRAMA será constituído por:
- I dotação orçamentária municipal;
- II créditos especiais, transferências e repasses que lhe sejam destinados;
- III resultado total ou parcial da bilheteria de eventos turísticos, na cessão de espaços públicos para negócios de turismo;
- IV venda de publicação turística editada pelo Poder Público e/ou iniciativa privada;
- V doação de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, as quais poderão ser nas formas:
- a) Esporádica doação ou contribuição repassada de uma única vez, a ser utilizada em qualquer modalidade turística, previamente identificada;





- b) Periódica que alcançará determinado espaço de tempo fixo, consecutivo ou não, atingindo apenas a promoção de eventos turísticos de curta duração, promovidos pelo Poder Público local ou utilização para custear a manutenção das atividades turísticas;
- c) Permanente patrocínio de determinado evento turístico e suas segmentações, durante uma ou mais temporadas.
- VI contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- VII recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- VIII produtos de operações de crédito realizadas pela Prefeitura Municipal, observada a legislação pertinente e destinada a esse fim específico;
- IX rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis, e
- X outras rendas eventuais.
- § 1°. O Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de Ibitirama/ES consignará anualmente dotação específica para fazer face à sua participação no FUNDETUR/IBITIRAMA a que se refere esta lei.
- § 2º. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, sob a denominação Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Município de Ibitirama-ES.
- **Art. 20** As receitas do FUNDETUR/IBITIRAMA deverão ser processadas de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltados ao turismo, a serem desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Turismo.
- Art. 21 Os recursos do FUNDETUR/IBITIRAMA serão aplicados em:
- I capacitação dos profissionais, da Secretaria Municipal de Turismo e membros do COMTUR, através da participação em palestras, fóruns, simpósios, conferências, cursos extracurriculares, de extensão universitária e similar, em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional, desde que reconhecida a relevância para o turismo no município;
- II assinaturas de periódicos, revistas e similares e aquisição de livros e vídeos;
- III associação a diversos órgãos para inclusão, difusão e divulgação de turismo em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, se necessário for;
- IV realização dos eventos pontuais para divulgação turística, tais como Feiras, Festivais, Concursos e Premiações diversas, entre outros;
- V financiamento total ou parcial de planos, programas, projetos, atividades, eventos e serviços de turismo desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Turismo;





- VI financiamento total ou parcial de projetos, eventos, atividades e programas voltados ao apoio, incentivo, desenvolvimento e fomento do turismo em parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
- VII aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas, projetos, serviços, ações e atividades turísticas, bem como, dos instrumentos de gestão, planejamento, administração, divulgação e controle de ações de turismo;
- VIII construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de bens móveis ou imóveis para a prestação de serviços turísticos;
- IX apoio e promoção de eventos culturais, artísticos, esportivos e sociais, que contribuam para o desenvolvimento, a disseminação e a divulgação do turismo no município:
- X despesas eventuais dos conselheiros do COMTUR relativas a viagens, locomoção para reuniões, atividades de aperfeiçoamento, capacitação, dentre outras, no exercício de suas atividades e desde que as referidas despesas sejam aprovadas previamente em assembleia.
- § 1° Nas doações, sejam elas de pessoa física, jurídica, pública ou privada, numerário repassado poderá ser empregado de forma:
- a) Permanente para um determinado evento de cunho ou divulgação turística;
- b) Periódica para realizar um evento específico, desde que o doador formalize documentos endereçados ao FUNDETUR/IBITIRAMA.
- § 2^a A aplicação dos recursos do FUNDETUR/IBITIRAMA, para quaisquer finalidades, fica condicionada ao comprovado atendimento do disposto no inciso XXI, do Art. 3º desta lei.
- Art. 22 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos financeiros constantes do fundo especial criado pelo artigo 16 desta lei, em finalidades estranhas às atividades e aos eventos turísticos e suas segmentações, bem como o remanejamento para outros fins.
- Art. 23 Os saldos que porventura existirem no término de um exercício financeiro constituirão parcela da receita do exercício subsequente, até sua integral aplicação.
- **Art. 24** O orçamento e os planos de aplicação do FUNDETUR/IBITIRAMA observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e pela Secretaria Municipal de Turismo.
- Art. 25 A existência do FUNDETUR/IBITIRAMA não impede que a Secretaria Municipal de Turismo desenvolva, patrocine, apoie, realize, incentive ou divulgue projetos, programas, ações, atividades e parcerias relativas ao turismo, por meio de outras dotações orçamentárias evou políticas públicas, para o bom cumprimento de suas atribuições.





- Art. 26 O Estatuto do FUNDETUR/IBITIRAMA será elaborado pela COMTUR em conjunto com a Secretaria Municipal de Turismo e disporá sobre os procedimentos a serem observados quanto à utilização dos recursos do fundo e será aprovado pelo(a) prefeito(a), mediante decreto.
- **Art. 27** O Executivo Municipal enviará à Câmara Municipal de Ibitirama/ES, semestralmente, relatório sobre a gestão do FUNDETUR/IBITIRAMA referente ao semestre anterior.
- **Art. 28** Serão aplicadas ao FUNDETUR/IBITIRAMA as normas legais de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos internos da Prefeitura Municipal de Ibitirama/ES, sem prejuízo da competência específica de outros órgãos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 29** O Município de Ibitirama/ES, observados os princípios de conveniência, oportunidade e razoabilidade, buscará participar de políticas estaduais e federais ao fomento do turismo como fator de desenvolvimento sustentável.
- Art. 30 O chefe de Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias.
- **Art. 31** Revogam-se a Lei nº 297/99 e a Lei nº 298/1999. Art. 32 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibitirama/Espirito Santo, 19 de julho de 2023.

AILTONIO COSTA SILVA

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, e

Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho a essa egrégia câmara de vereadores o Projeto de Lei Ordinária, que "Altera a Lei nº 951/2018, que criou o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo de Ibitirama, e deu outras providências".

Considerando o artigo 180 da Constituição Federal prevê que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Considerando que a Política Nacional de Turismo exige que o Município possua Conselho e Plano Municipal de Turismo, como sendo critério obrigatório para propor projetos de infraestrutura turística, de eventos e de fortalecimento ao desenvolvimento turístico ao Ministério do Turismo.

Considerando a necessidade de alteração e atualização da legislação específica acerca da Política Municipal de Turismo, e a importância de fortalecer o turismo neste Município, especialmente o gastronômico, rural e turismo de aventura, é que encaminhamos o presente Projeto de Lei.

Certos de que esta solicitação será atendida, sem mais para o momento, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Ibitirama/Espirito Santo, 19 de julho de 2023.

AILTON DA COSTA SILVA

Prefeito Municipal

Endereço: Avenida Anízio Ferreira da Silva 54, Centro, Ibitirama-ES CEP: 29.540-000 E-mail: gabinete@ibitirama.es.gov.br Fixo (s): 3569-1157/1160/1161 Ramal: 207/209